

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCVI • Nº 201

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 06 de novembro de 2019

Comissão de Justiça aprova alterações no Código Estadual do Consumidor

Modificações foram sugeridas aos deputados pela OAB-PE

FOTO: ROBERTA GUIMARÃES

Mudanças no Código Estadual de Defesa do Consumidor, sugeridas aos deputados por representantes da seccional pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), foram aprovadas ontem pela Comissão de Justiça. As alterações, que vão compor um projeto de lei de autoria do colegiado, visam adequar a norma estadual à legislação federal, aproximar alguns artigos da realidade verificada no mercado e garantir ainda mais segurança ao consumidor.

Duas modificações deverão afetar usuários de planos de saúde. No caso de descredenciamento de hospitais, clínicas, laboratórios e médicos, as operadoras serão obrigadas a notificá-los com antecedência mínima de 30 dias, conforme estabelece a Lei Federal nº 9656/1998. O Artigo 134 do Código prevê, hoje, um prazo de 24 horas nesses casos. Além disso, os parlamentares votaram pela revogação do Artigo 136, que determina prazos para as operadoras autorizarem exames e procedimentos. A regra fora julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Outra sugestão acatada diz respeito aos valores arrecadados com as multas impostas aos comerciantes infratores. No caso de penalidades aplicadas por órgãos municipais, os recursos deverão ser destinados aos fundos dessas localidades, e não ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, como indica



OBJETIVO - Iniciativas discutidas no colegiado visam adequar norma estadual à legislação federal e garantir ainda mais segurança ao consumidor

o texto em vigor. A matéria também altera as regras de cancelamento de planos de academias e clubes. A multa paga pelo consumidor em caso de rescisão contratual, que hoje é definida em contrato, deverá ser fixada em até 20% do que ainda restar do plano.

O colegiado aprovou, ainda, que os cartazes informativos exigidos pela lei possam ser substituídos por tecnologias ou mídias digitais. Acatou, também, que

postos de combustíveis sem bandeira indiquem ao consumidor o fornecedor dos produtos à venda. Por fim, limitou o que são considerados artigos essenciais pela norma: alimentos, medicamentos e equipamentos para tratamento de saúde. Sempre que houver prejuízos ao consumidor em relação à qualidade ou quantidade desses itens, pode ser exigida, de forma imediata, a substituição, a devolução da quantia paga ou o abatimen-

to proporcional do preço.

“O objetivo é retirar a subjetividade desse item do Código Estadual, pois o que é considerado essencial para um consumidor pode não ser para outro”, explicou o relator da matéria, deputado Tony Gel (MDB). “O lojista precisa ter tranquilidade para trabalhar e o cliente, por sua vez, tem que ter segurança de que vai comprar um bom produto e não vai ser lesado. Então, o nosso tra-

balho aqui é buscar o equilíbrio”, completou.

A Comissão de Justiça, no entanto, rejeitou algumas sugestões apresentadas pela OAB-PE. A entidade havia proposto, por exemplo, novos prazos e multas para o cancelamento de reservas em hotéis e pousadas, mas os parlamentares decidiram manter as regras atuais.

Em 15 dias, o grupo vai analisar outras possíveis mudanças no Có-

digo Estadual de Defesa do Consumidor, desta vez aquelas apresentadas pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Pernambuco (Fecomércio-PE). Todas as modificações precisarão ser discutidas nas Comissões temáticas antes de serem aprovadas ou rejeitadas em Plenário. O colegiado ainda distribuiu 13 matérias para relatoria e votou pela aprovação de sete projetos.

Priscila Krause questiona aumento de gastos do Estado com propaganda

Orçamento para 2020 prevê incremento de 33%, informou a democrata

O aumento no volume de recursos para propaganda institucional previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 do Estado foi alvo de críticas da deputada Priscila Krause (DEM), na Reunião Plenária de ontem. Conforme a proposta, a ação “Divulgação Governamental em Todos os Meios de Comunicação” passaria de cerca de R\$ 68 milhões em 2019 para mais de R\$ 90 milhões em 2020, o que representa um incremento de 33%.

“Em um ano em que as prefeituras têm limitação nos gastos com publicidade, o governador Paulo Câ-

mara manda um orçamento recorde para a propaganda estadual. Não é preciso ser muito perspicaz ou inteligente para entender o significado dessa medida”, declarou a parlamentar.

A democrata comparou o crescimento desses gastos com o orçamento para programas como o Mãe Coruja, que, segundo ela, teve redução de 83%. “Como o Governo pode falar de proteção às mulheres quando diminui os recursos para esse programa, de R\$ 4,8 milhões para R\$ 794 mil? Temos aumento de R\$ 30 milhões em propaganda, enquanto o Mãe Coruja perde mais de R\$ 3

milhões”, observou.

Priscila anunciou que enviará uma emenda ao PLOA 2020 a fim de recuperar o orçamento do Programa Mãe Coruja, retirando verbas destinadas à publicidade institucional. “Vamos fazer esse debate aqui na Alepe não só na discussão do Orçamento, este ano, mas também na execução que ocorrerá no ano que vem”, frisou. “Os pernambucanos pagam os impostos mais altos do Nordeste, e estamos alertando cotidianamente que o Governo precisa utilizar melhor esses recursos que são pagos por todos nós”, ressaltou a deputada do DEM.



FOTOS: ROBERTO SOARES

ANÁLISE - “Não é preciso ser muito perspicaz para entender o significado dessa medida”

Executivo Federal



OPINIÃO - “Necessidade de agregar novos inimigos”

João Paulo avalia estratégias políticas de Jair Bolsonaro

O deputado João Paulo (PCdoB) foi à tribuna, durante o Grande Expediente de ontem, analisar a estratégia política utilizada pelo presidente Jair Bolsonaro para mobilizar apoiadores e confrontar aqueles que discordam do Governo. Na avaliação do parlamentar, o chefe do Executivo Federal, juntamente com os três filhos políticos, alimenta conflitos constantes com opositores, criando um clima de tensão permanente no País.

“Como sobreviver a um

presidente que se comporta como se estivesse em guerra constante contra o seu próprio povo, a ciência, os direitos humanos, a liberdade de expressão, a arte e a cultura?”, questionou. “Cada manifestação nas redes sociais demonstra uma enorme necessidade de agregar novos inimigos e anunciar conspirações que só existem na cabeça de Bolsonaro e de seus filhos.”

Ainda na opinião do deputado, outra estratégia utilizada pela família Bol-

sonaro é fazer declarações autoritárias para desviar a atenção da mídia e testar os limites democráticos. “Toda vez que surge a acusação de um crime ou desvio ético contra eles, há uma declaração de caráter autoritário que leva tal denúncia para segundo plano”, avaliou. “A manobra também testa os limites da democracia, fortalecendo o segmento antidemocrático de sua base de apoio”, interpretou.

A análise recebeu o re-

conhecimento dos deputados José Queiroz (PDT) e Isaltino Nascimento (PSB), que se manifestaram em apartes. “Pronunciamentos como esse são importantes porque registram, nos Anais desta Casa, que a Alepe não se calou diante dos disparates do presidente”, afirmou Queiroz. “Vivemos em uma República Federativa, com poderes autônomos, órgãos de controle e instituições que precisam ser respeitados”, opinou Nascimento.

Abastecimento d'água

Antônio Moraes pede inclusão de Riacho das Almas no Sistema Prata-Pirangi

O deputado Antônio Moraes (PP) fez um apelo à Compesa e ao governador Paulo Câmara, ontem, para que o município de Riacho das Almas (Agreste Central) passe a ser atendido com água do sistema de bombeamento Prata-Pirangi. No pronunciamento feito na Reunião Plenária, ele enfa-

tizou o colapso, há cerca de três anos, da Barragem de Jucazinho e assinalou que a maior parte da cidade hoje é abastecida por carros-pipa.

“Riacho tem um problema seriíssimo de abastecimento, igual ou pior que o das cidades mais longínquas do Sertão. Donas de casa e comerciantes estão

sem água em suas residências e em seus negócios. Se for possível a inversão do fluxo, peço que seja feita para atenuar a situação daquele município e diminuir o sofrimento das pessoas”, expressou o parlamentar.

Moraes ainda agradeceu ao empresário Alfredo Bezerra Leite, da Itamará

cá Transportes, por disponibilizar ônibus para levar detentos da Penitenciária de Itamaracá para ajudar na limpeza das praias do litoral pernambucano atingidas pelo derramamento de óleo. “É uma contribuição muito importante no momento dessa tragédia ecológica.”



SOLICITAÇÃO - Parlamentar fez apelo à Compesa

Assembleia Legislativa concede Medalha Joaquim Nabuco ao TJPE

Em Reunião Solene, instituição recebeu honraria na categoria Pessoa Jurídica

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) recebeu, em Reunião Solene na noite de ontem, a Medalha Joaquim Nabuco Classe Ouro (Pessoa Jurídica). A proposição da homenagem foi do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eriberto Medeiros (PP). Com sede no Recife e atuação em 150 comarcas, esse órgão do Poder Judiciário conta com mais de oito mil servidores, entre desembargadores, juízes e demais funcionários (incluindo prestadores de serviço e estagiários). Cerca de 2,5 milhões de processos, físicos ou eletrônicos, tramitam nessas unidades.

O TJPE foi criado pelo alvará de 6 de fevereiro de 1821, assinado por Dom João VI, então Rei do Brasil - Reino Unido ao de Portugal e Algarves, recebendo na ocasião o nome de Tribunal da Relação de Pernambuco. A instalação ocorreu no dia 13 de agosto de 1822, no imóvel do antigo Erário Régio. Nos anos seguintes, foram registradas mudanças de sua sede até a transferência definitiva para o prédio do Palácio da Justiça, em 1930, no Centro do Recife, onde permanece até os



FOTO: JARBAS ARAÚJO

CERIMÔNIA - Iniciativa foi do presidente da Alepe, Eriberto Medeiros, que entregou comenda a presidente do órgão, Adalberto Melo

dias atuais.

Nos últimos anos, a Mesa Diretora da instituição tem investido na interiorização das atividades. Um exemplo disso foi a instalação da Primeira Câmara Regional de Caruaru, onde estão lotados seis dos 52 desembargadores do Poder Judiciário pernambucano,

divididos em duas turmas. Outro ponto relacionado foi a posse de 80 novos juízes aprovados no último concurso público. Além disso, há investimentos na formação de servidores em polos da Escola Judicial de Pernambuco no Interior, com o objetivo de garantir a continuidade dos estudos

das equipes, visando melhor atender a população.

Ainda nesse sentido, o Tribunal vem reformando e construindo fóruns no Interior. Em quatro anos, foram 13 novos prédios em cidades de todas as regiões de Pernambuco. Com a ampliação da estrutura, houve a criação de novas

unidades judiciárias, a exemplo de Varas, Casas de Justiça e Cidadania e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Serviços itinerantes, que aproximam população, magistrados, servidores, estagiários, prestadores de serviço, voluntários, parceiros e operadores de

direito, também são outras ações do TJPE.

Para o deputado Eriberto Medeiros, é preciso reconhecer que a atual Mesa Diretora do Tribunal de Justiça tem contribuído para que o Poder Judiciário promova o efetivo acesso do cidadão à Justiça, de modo eficiente e equilibrado. “Ainda é relevante destacar que esta Casa tem obtido apoio do TJPE em importantes ações sociais, como os projetos Alepe Acolhe e Alepe Cuida. Por todos os feitos e iniciativas ao longo da história, a Medalha Joaquim Nabuco está sendo concedida ao Judiciário pernambucano”, ressaltou.

O presidente do Tribunal, Adalberto de Oliveira Melo, agradeceu a homenagem da Assembleia Legislativa. “A marca de nossa gestão tem sido o trabalho conjunto, colaborativo, em busca do bem maior que deve nortear o Poder Público: a plena prestação do serviço qualificado às pessoas. Ficam o nosso respeito e a nossa estima por tamanho reconhecimento”, enfatizou. A Orquestra Criança Cidadã Meninos de Ipojuca se apresentou durante a cerimônia.

Cessão onerosa

Teresa Leitão critica realização de leilão de excedente do Pré-Sal

O megaleilão do excedente da cessão onerosa do Pré-Sal, marcado para esta quarta (6), foi um dos assuntos do pronunciamento da deputada Teresa Leitão (PT). Na Reunião Plenária de ontem, ela questionou os benefícios do certame. “Essa ação é prejudicial à soberania nacional, mas muitos prefeitos e governadores só estão esperando a distribuição prometida dos recursos”, pontuou.

Segundo a parlamentar, o Governo Federal espera obter R\$ 106,5 bilhões com a oferta de quatro áreas do

Pré-Sal, na Bacia de Santos (SP). No leilão, serão definidas as empresas que terão o direito de produzir volumes excedentes aos cinco bilhões de barris que a Petrobras ganhou em troca da oferta de ações à União no processo de capitalização.

Teresa registrou o posicionamento da Associação dos Petroleiros do Brasil, que acredita que o leilão não deveria acontecer. “Para os trabalhadores, a Petrobras investiu muito em tecnologia e, na hora de colher os louros, decide abrir mão do petróleo ex-

cedente”, explicou.

A deputada destacou, ainda, que o ex-presidente Lula estava preparando o País para ser autônomo na produção de petróleo. “Mas o Governo Bolsonaro, além de já ter aumentado a importação do produto, deverá agora ampliar nossa dependência de outros países”, complementou a petista.

REFORMAS - Durante o discurso, a parlamentar também comentou o pacote de reformas econômicas apresentado ontem ao Congresso Nacional pelo ministro da Economia, Paulo Gue-

des. As alegações do Governo Federal são de que as ações buscam descentralizar recursos, impor medidas de responsabilidade fiscal aos entes federativos e viabilizar a retomada do crescimento.

Para a deputada, entretanto, a proposta vai prejudicar, principalmente, os setores de saúde e de educação públicas. “Essas iniciativas não vão só aumentar a exclusão dos pobres, mas matá-los!”, reagiu. “Eles ficarão mais desprovidos de políticas públicas do que já estão hoje. Isso é



FOTO: ROBERTO SOARES

INICIATIVA - “Ação é prejudicial à soberania nacional”

muito grave”, alertou.

Teresa conclamou todos a participarem dos atos de resistência ao pacote e pediu aos parlamentares federais que analisem

as medidas com cuidado antes da votação. “Não se desenvolve a economia com concentração de renda e deixando o povo sem os direitos básicos”, concluiu.